



RELATÓRIO DE INSPEÇÃO GERAL – CÍVEL E CRIMINAL

COMARCA	Marabá
UNIDADE INSPECIONADA	1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Marabá
COMPETÊNCIA DA UNIDADE	Feitos abrangidos pela Lei 9.099/95
DATA DE INSPEÇÃO/EDITAL	14/09/2023 – Edital 009/2023-CGJ
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO NA UNIDADE	Maria Antônia Gama de Menezes Diretora de Secretaria
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO DA CGJ	Tiara Guedes Aires Analista Judiciário

1. INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE (Dados Funcionais e Administrativos):

1.1. Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:

Adriana Divina da Costa Tristão – Portaria nº 062/2016-SJ – titular desde **12/05/2016**

1.2. Afastamentos do(a) magistrado (a) nos últimos 03 (três) meses:

- Férias: 03/07 a 16/07 e 16/08 a 21/08
- Folgas compensatórias: 26/06 a 30/06
- Licenças: médica de 17/07/2023 a 15/08/2023

1.3. Se a Unidade compõe comarca com mais de uma Vara, qual foi o último período de plantão que houve atuação do(a) magistrado(a)?

Último atuação da magistrada na Vara de plantão da Comarca de Marabá foi realizado no período de **22 a 24/08/2023**. Em consulta ao PJe, não foram localizados processos de plantão arquivados por ordem de magistrado da 2ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Marabá.

❖ Orientações e Recomendações da Corregedoria:

- Durante a inspeção, a equipe de servidores da unidade foi **orientada que, após o plantão, os autos devem ser encaminhados à Vara de originária (para qual o processo foi inicialmente distribuído no PJe), não sendo permitido redistribuir, arquivar ou remeter ao segundo grau em sede de plantão judicial.**
- Ainda sobre o plantão na comarca de Marabá, tendo em vista ser híbrido (cível e criminal), a Unidade foi orientada a **expedir os mandados de prisão diretamente no BNMP**, devendo a equipe responsável, ao final do plantão, providenciar a migração das peças ao Juízo competente (**modificação da competência - página 16 do Manual do BNMP**).

1.4. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Direito Penal?

Não há expedientes administrativos pendentes de resposta. Conforme informações da Secretaria Judiciária **“não foi localizado nesta Corregedoria expedientes disciplinares tramitando**; foi localizado um expediente administrativo em andamento (PP nº 0002904-97.2023.2.00.0814 - autuado para solicitar Correição de 2022. Expediente cumprido pela magistrada); **nada em tramitação foi localizado contra a magistrada titular da Vara, Dra. Adriana Divina da Costa Tristão (assumiu em 12/05/2016)**

1.5. Qual a data de realização da última reunião entre magistrado(a) e servidores(as) para confecção/atualização do plano de ação da Unidade?

Última reunião realizada pela magistrada com os servidores foi realizada em **02.06.2023**.

1.6. Qual o total do valor em subcontas de depósitos judiciais sem movimentação há mais de três anos? Caso haja saldo repassado para o Estado, qual procedimento adotado para retorno às subcontas da unidade judicial?

Atualmente, **não há saldo na subconta**. Em caso de haver saldo, a unidade expede Alvará ao Tribunal de Justiça do Estado do Para, em cumprimento ao § 2º do artigo 2º da Lei 6.750/2005.

1.7. Está sendo realizado procedimento para transferência dos valores paralisados há mais de três anos ao Fundo de Reparelhamento Judiciário (FRJ), em acordo à Lei Estadual 6750/2005?

Sim. A Diretora de Secretaria expede Alvará ao Tribunal de Justiça do Estado do Para, em cumprimento ao § 2º do artigo 2º da Lei 6.750/2005, individualmente por processo.

2. CORPO FUNCIONAL DA UNIDADE:

2.1. Quadro de pessoal:

Servidores: Maria Antonia Gama de Menezes, Cláudia Cristina Vieira da Silva, Nágila Neris da Silva, Iolete Cardoso Pinheiro, Priscila Joyce de Souza Mendonça, Jesiel Fernandes Vale.

2.1.1 Secretaria

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos (as)	3
Exclusivamente comissionados(as)	0
Cedidos(as)/Requisitados(as)	1
Estagiários/as	0
Terceirizados/as	0



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Magistrados / Servidor na Lotação

SubArea Juizado Especial
Lotação 1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Marabá
Localização FORUM JUIZ JOSE ELIAS MONTEIRO LOPES
Telefones (94) 3312-2005
E-mail
Institucional

Juiz Titular Adriana Divina da Costa Tristão

Nome	Vínculo	Grupo
Adriana Divina da Costa Tristão	Magistrados	Juiz Titular
Claudia Cristina Vieira da Silva	Efetivo	Auxiliar Judiciário
Gabriel da Conceicao dos Santos	Estagiario	Estagiario
Iolete Cardoso Pinheiro	Requisitado	Requisitado - Nivel Medio
Maria Antonia Gama de Menezes	Estavel	Auxiliar Judiciário
Nagila Neres da Silva	Efetivo	Auxiliar Judiciário
Victor Haor Campelo Dias	Estagiario	Estagiario

2.1.2. Gabinete:

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos(as)	2
Exclusivamente comissionados(as)	0
Cedidos(as)/Requisitados(as)	0
Estagiários(as)	2
Terceirizados(as)	0

Magistrados / Servidor na Lotação

SubArea Juizado Especial
Lotação Gabinete da 1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Marabá
Localização FORUM JUIZ JOSE ELIAS MONTEIRO LOPES
Telefones (94) 3312-2005
E-mail
Institucional

Nome	Vínculo	Grupo	Situação
Jesiel Fernandes Vale	Efetivo	Analista Judiciário	Férias: 12/09/2023 - 11/10/2023 - Dia(s): 30.
Priscila Joyce de Souza Mendonca	Efetivo	Auxiliar Judiciário	Normal

2.2. Há servidores(as) que executam suas atividades em regime de teletrabalho? (Portaria n. 2897/2019, de 17/06/2019). Em caso positivo, de que forma é feito o controle de produtividade? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

Na Secretaria há 01 servidora em teletrabalho desde 2021, CLÁUDIA CRISTINA VIEIRA DA SILVA. Responsável pela triagem diária dos agrupadores; triagem da entrada de processos na unidade; cumprimento dos atos judiciais; citação/intimação via whats app e e-mail e cumprimento de liminares.
No gabinete não há servidor em teletrabalho

2.3. Como é feito controle de produtividade dos(as) servidores(as) em regime de trabalho presencial? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

A unidade informou que o controle da produtividade dos servidores é realizado através



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

do Painel de Gestão de Atividades e Gestão Judiciária, de acordo com as atribuições de cada servidor.

A magistrada faz o controle da produtividade dos servidores do gabinete e a Diretora de Secretaria controla a produtividade dos servidores da Secretaria.

Não há metas fixadas para o gabinete em relação ao número de sentenças, decisões e/ou despachos. A magistrada controla a produtividade dos servidores de acordo com a demanda de processos conclusos.

Não há metas fixadas para os servidores, as tarefas são executadas de acordo com a demanda. Porém, dada a natureza das ações de juizado verificou-se que os cumprimentos são feitos com muita agilidade para não atrasar o processo. A taxa de congestionamento líquida da unidade é de 45%, o que demonstra agilidade no cumprimento e tramitação do feito.

Há tarefas específicas distribuídas para cada servidor da secretaria.

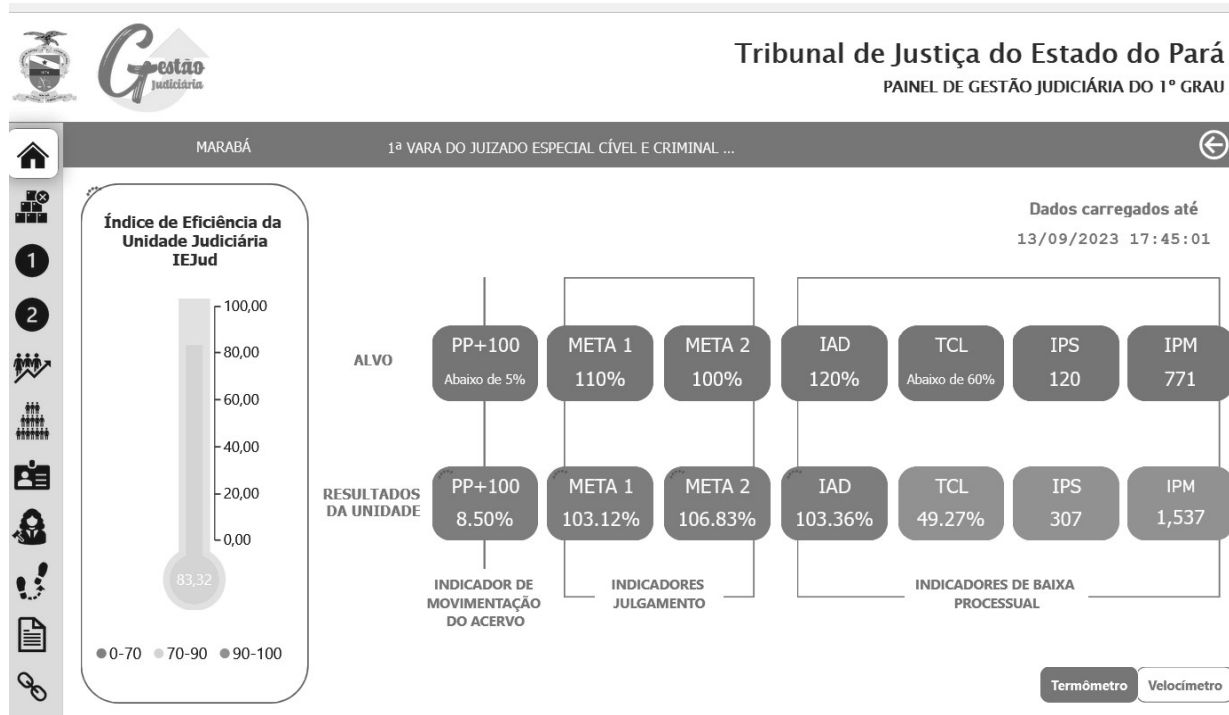
Observou-se um bom relacionamento interpessoal entre os servidores do gabinete, secretaria e a magistrada e um clima amistoso.

Comunicação eficiente entre a equipe, otimizada pelo app Teams.

2.4. Como é feito o acompanhamento dos resultados a partir das metas fixadas no plano de ação para 2023?

A unidade não possui plano de ação de 2023. Porém, informou que as metas nacionais são acompanhadas diariamente pela magistrada e pela Diretora de Secretaria através do Painel de Gestão Judiciária e estão devidamente cumpridas.

Print do PGJ



Durante a Inspeção a CGJ orientou sobre a importância do planejamento a fim de alcançar resultados mais efetivos para a unidade e, conseqüentemente, para os jurisdicionados, que serão beneficiados com um andamento ainda mais célere do processo. Foi refletido com os servidores que através do plano de ação a unidade poderá estabelecer objetivos claros, organizar estratégias e definir as etapas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

necessárias para alcançá-los.

Além disso, a CGJ ponderou acerca da necessidade acompanhamento periódico da execução do plano, a fim de **avaliar se ações que estão sendo desenvolvidas estão aproximando a unidade de atingir os objetivos traçados**, e, caso necessário, fazer as alterações devidas no planejamento, pois essa conduta gera otimização de tempo e trabalho.

❖ **Orientações e Recomendações da Corregedoria:**

1. RECOMENDA-SE que o **Plano de Ação para 2024** seja apresentado na correição ordinária do próximo exercício, cujo relatório deve ser encaminhado **até 15 de fevereiro de 2024**;
2. Deverá constar **coluna específica para o monitoramento e avaliação periódica** do plano, visando sua readequação, caso necessário, bem espaço para anotação das intercorrências havidas no período (ex. férias do magistrado, servidores, licenças, etc).
3. A unidade poderá buscar apoio do Departamento de Gestão e Estatística – DPGE – para elaboração do Plano;
4. No plano deve, sempre que possível, prevalecer a individualização de tarefas entre a equipe, incluindo o magistrado, atentando para o aproveitamento da melhor habilidade de cada servidor.
5. O Plano deve considerar o cumprimento das principais metas (Metas 1; Meta2 e diminuição de percentuais (0%) do prazo de paralisação dos processos);
6. A descrição do plano deve, entre outros objetivos configurar orientação de gestão no desenvolvimento dos trabalhos, afim de promover agilidade de análise dos processos.

2.5. Quais cursos ofertados Escola Judicial já foram realizados pelos servidores da comarca nos últimos 24 (vinte e quatro meses)? Informar nome do servidor, curso, período de realização e quantidade de horas.

CLÁUDIA CRISTINA VIEIRA DA SILVA – Curso: Agenda 2023 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Turma 3), de 14 a 31.08.2023
IOLETE CARDOSO PINHEIRO – Não realizou
JESIEL FERNANDES VALE – Não realizou
MARIA ANTONIA GAMA DE MENEZES (Diretora) – Curso de Assédio Moral, Sexual e Discriminação no Poder Judiciário: Aspectos Teóricos, Normativos e Práticos na perspectiva de gênero, de 22 a 26.05.2023.
NÁGILA NERES DA SILVA – Curso de Assédio Moral, Sexual e Discriminação no Poder Judiciário: Aspectos Teóricos, Normativos e Práticos na perspectiva de gênero, de 22 a 26.05.2023.
PRISCILA JOYCE DE SOUZA MENDONÇA – Curso de Assédio Moral, Sexual e Discriminação no Poder Judiciário: Aspectos Teóricos, Normativos e Práticos na perspectiva de gênero, de 22 a 26.05.2023 e II Seminário Nacional de Processo Civil: 7 anos de vigência do CPC, realizado pela Escola de Formação Judiciária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, em convênio com a Escola do TJ/PA, de 28 a 30.06.2023.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

❖ Orientações e Recomendações da Corregedoria:

1. Durante a Inspeção os servidores(as) lotados na Secretaria/Gabinete foram orientados quanto a importância da realização de Cursos de Formação Continuada para aprimorar os trabalhos na unidade judicial e para avaliação de progressão funcional.
2. RECOMENDA-SE que os servidores(as) realizem os cursos promovidos e disponibilizados no site da Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará;
3. RECOMENDA-SE aos gestores que por ocasião da avaliação de desempenho do servidor (Item 6 do relatório avaliativo - Qualificação Profissional) seja solicitada a comprovação da participação em cursos de atualização (mínimo de 60 hora/aula) e de aperfeiçoamento (mínimo de 120 hora/aula).

3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:

3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais identificados na última correição tanto do gabinete como da Secretaria? Qual última movimentação do expediente?

Não houve pleito administrativo. Não foram relatados problemas estruturais do gabinete e/ou secretaria na última correição.

4. DADOS ESTATÍSTICOS:

4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:

*Data de coleta de dados pela Unidade: 30/08/2023.

Dados processuais	Total no período da extração dos dados	Total na data Inspeção
Total de processos em tramitação na Vara, incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo total)	1.515	1554
Total de processos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente	00	05
Total do acervo com prioridade	162	164
Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em Secretaria (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	00	11
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a)	614	601
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a) há mais de 100 dias	136	119
Total de processo envolvendo prioridade legal conclusos há mais de 100 dias	10	00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

MARABÁ 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL ...

ACERVO	ACERVO ATIVO	PARALISADOS+100	CONCLUSOS	CONCLUSOS+100
	1.549	130	601	119

ACERVO COM PRIORIDADE

PROCESSOS SUSPENSOS

CASOS NOVOS

PROCESSOS BAIXADOS

PROCESSOS META 1

PROCESSOS META 2

Detalhamento Detalhamento

Área: Todos

Em Gabinete (S: sim; N: não): Todos

Gratuidade (S: sim; N: não): Todos

Sigilo (S: sim; N: não): Todos

Juízo 100% Digital (S: sim; N: não)

Acervo ativo por classe e situação processual

CLASSE	EM ANDAMENTO	JULGADO	Total
Procedimento do Juizado Especial Cível	737	34	771
EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	281	21	302
Termo Circunstanciado	201	26	227
Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo	96	21	117
Cumprimento de sentença	8	67	75
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	1	21	22
Total	1356	193	

4.2. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária (Período considerado 08/06 a 08/09/2023)

PROCESSOS JUDICIAIS	QUANTIDADE
Total de processos distribuídos e redistribuídos	540
Total de processos julgados	407
Total de processos baixados definitivamente do acervo	436



Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU
AMBIENTE DE RELATÓRIOS

MARABÁ 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL ...

ENTRADA DE FEITOS

540

Resumo de entrada de feitos judiciais na unidade

CATEGORIA/FASE/AREA	DISTRIBUIÇÃO	Mudança de Classe Processual	Redistribuição	Total
CARTAS PRECATÓRIAS	39			39
CONHECIMENTO CIVIL	250		5	255
CONHECIMENTO CRIMINAL	79	1	2	82
EXECUÇÃO CIVIL	128	31		159
PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS	4		1	5
Total	500	32	8	540

Selecione um período: 08/06/2023 08/09/2023

ENTRADA DE FEITOS

Meta 1

103,12%
Meta Nacional 1

1.189
Julgados Meta 1

1.152
Casos Novos Meta 1

Considerando o comportamento dos últimos 12 meses, o nível produtivo da Unidade deve ser, em média, de

- 116 processos de conhecimento julgados por MÊS no ano de 2023.
- 27 processos de conhecimento julgados por SEMANA no ano de 2023.
- 6 processos de conhecimento julgados por DIA no ano de 2023.

Casos Novos e Processos Julgados de Meta 1

● Casos Novos de Meta 1 ● Julgados de Meta 1

Mês	Casos Novos de Meta 1	Julgados de Meta 1
Out/2022	81	113
Nov/2022	91	159
Dez/2022	96	44
Jan/2023	91	16
Fev/2023	91	101
Mar/2023	106	155
Abr/2023	106	99
Mai/2023	127	106
Jun/2023	102	180
Jul/2023	85	80
Ago/2023	121	89
Set/2023	55	47

Média de Casos Novos: 105
Média de processos Julgados: 105



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

4.3. PRODUTIVIDADE DO(S) MAGISTRADO(S) NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária (Período de 08/06 a 08/09/2023)

ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS):	QUANTIDADE
Decisões	291
Despachos	206
Sentenças com resolução de mérito	255
Sentenças sem resolução de mérito	116
Audiências realizadas	391

4.4. O Quadro de produtividade é publicado no quadro de avisos do Fórum?

A unidade não publica a produtividade dos servidores.

❖ **Orientações e Recomendações da Corregedoria:**

1. A equipe foi **orientada quanto aos benefícios de publicar os resultados alcançados no cumprimento das metas nacionais e também produtividade mensal dos servidores**, a fim de dar transparência aos jurisdicionados quanto aos processos movimentados e tarefas executadas;
2. RECOMENDA-SE que a produtividade dos servidores, extraída do Painel de Gestão de Atividades no PGJ, seja afixada mensalmente no quadro de avisos do Fórum, com intuito de dar visibilidade aos advogados e jurisdicionados quanto aos serviços prestados, bem como sejam registrados e afixados a quantidade de atendimentos realizadas pelo gabinete e secretaria às partes e advogados.

4.5. É realizado acompanhamento de processos paralisados no PGJ para evitar que entrem nos 100(cem) dias sem movimentação?

O acompanhamento dos processos paralisados no **gabinete** é realizado através do PJE. A magistrada adota preferencialmente a ordem cronológica de conclusão para julgamento/decisão, considerando as prioridades legais e urgências.

Na **secretaria** quem faz esse acompanhamento é a Diretora de Secretaria através do PGJ e do PJe, verificando se os cumprimentos foram realizados dentro do prazo.

Na data da Inspeção havia **130** processos paralisados há mais de cem dias, **119** conclusos e **11** na **secretaria**, nenhum de **prioridade legal**.

❖ **Orientações e Recomendações da Corregedoria:**

1. Durante a Inspeção, foi reforçada a importância na gestão dos processos paralisados, com orientação para que seja extraída a lista do Painel de Gestão Judiciária e seja realizado controle por pelo menos dois servidores para atuar nos processos paralisados há 70/80 e 100 dias a fim de evitar a paralisação de novos processos;
2. Orienta-se realizar o gerenciamento da pauta de audiência evitando o alongamento por vários meses seguintes, bem como evitar a expedição de mandados com audiência designada há mais de três meses, a fim de impedir que entrem nos processos paralisados há mais de 100 dias.

5. METAS NACIONAIS E DIRETRIZES DO CNJ/2023:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

5.1. Quem realiza o controle/acompanhamento dos índices de cumprimento das Metas Nacionais? Existe plano de ação adotado na unidade? Anexar.

A magistrada realiza diretamente o controle/acompanhamento das metas nacionais, juntamente a Diretora de Secretaria através do PGJ (Painel de Gestão Judiciária). Foi informado que apesar de não ter plano de ação, o controle das ações necessárias para alcançar as metas é feito constantemente pela juíza titular.

5.2. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento da Meta 2 Nacional 2023? (gestão judiciária)?

A unidade já cumpriu a Meta 2 Nacional em 2023. Grau de cumprimento de 106,95%. Na data da Inspeção, havia **11 processos de Meta 2 pendentes de julgamento na unidade judicial.**

Corregedoria Geral:

Inserir print de tela do Painel de Metas Nacionais na data da Inspeção

Meta	Situação	Grau de Cumprimento	Grau de Julgamento	Meta de Processos	Processos Julgados	Necessidade de Julgar
Meta 1	Não cumprida	98,97%	872	864		
Meta 2	Meta cumprida	106,95%	96,25%	793	848	-55
Meta 4	Meta cumprida	153,85%	100,00%	1	1	0
Meta 8 FEM	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Meta 8 VDM	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Meta 10	Meta cumprida	209,88%	62,96%	9	17	-8
Meta 11	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

5.3. Qual o quantitativo de processos que se encontram suspensos, aguardando julgamento pelas Cortes Superiores e pelo Tribunal como precedentes obrigatórios? Quais temas? (Diretriz 6 Corregedoria Nacional 2023)

Não havia processos suspensos aguardando julgamento de precedentes pelas cortes superiores.

❖ Orientações e Recomendações da Corregedoria:

RECOMENDA-SE que, havendo suspensão por IRDR, a decisão seja cadastrada pelo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Gabinete com o **movimento específico do código 12098**, bem como seja feito o controle dos processos suspensos pela Secretaria, identificando-os com **ETIQUETA específica por TEMA**, a fim de que ocorrendo o julgamento pelas Cortes Superiores promova o imediato levantamento da suspensão **utilizando o movimento específicos do código 14985**.

5.4. Após o julgamento de precedentes obrigatórios firmados pelas Cortes superiores e pelo Tribunal, qual o prazo para retomada do julgamento dos processos individuais então suspensos? (*Diretriz estratégica 6 da Corregedoria Nacional 2023*)

Não havia processos nessa condição, porém se houver a unidade respondeu que o prazo de retomada é de imediato.

5.5. Por quais ferramentas de consulta são acompanhados os julgamentos dos temas que buscam fixação de precedente obrigatório? Com que regularidade/periodicidade são feitas as consultas?

A unidade informou que faz o acompanhamento regularmente através do site do TJ/PA (link NUGEPNAC), bem como pelo site do Supremo Tribunal Federal e consulta diária pelo e-mail institucional com as informações dos precedentes julgados que são encaminhados pelo NUPEPNAC-TJPA.

6. ROTINA DE TRABALHO DA SECRETARIA:

6.1. Sobre o Fluxo processual assinale as etapas que são operacionalizadas:

- a. Fluxo processual: triagem, conferência e correção do cadastro de classes e assuntos processuais;
- b. Análise, controle e tempo médio para análise dos processos vindos do gabinete;
- c. Movimentação processual;
- d. Elaboração de minutas e revisão dos atos de secretaria;
- e. Gestão de rotinas e da equipe, controle estatístico e produtividade da equipe;
- f. controle dos prazos e imediata certificação.

6.2. Por amostragem, verifique em 03 (três) processos que se encontravam suspensos se a unidade observou o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE? (*Ofício circular n. 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJE COR n. 0002009-73.2.00.0814*)

Em que pese a unidade responder que não havia processos suspensos, verificou-se **05 processos suspensos no PGJ**, dos quais **03 estavam em andamento sem o levantamento da suspensão:**

- 1) 0008100-92.2020.8.14.0028 (TCO) conclusos para julgamento (migração);
- 2) 0011788-72.2014.8.14.0028 (cumprimento de sentença) – conclusos;
- 3) 0800073-58.8.14.0028 (procedimento do juizado especial cível) - conclusos

Ainda durante a inspeção a situação foi solucionada pela Diretora de Secretaria.

❖ **Orientações e Recomendações da Corregedoria:**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

1. Durante a Inspeção a CGJ orientou sobre a importância de utilizar os movimentos corretos para cadastrar os atos judiciais que determinam a suspensão processual, a fim de que os processos não acabem nos paralisados há mais de 100 dias. Da mesma forma, a refletiu-se a importância de fazer o levantamento da suspensão com os movimentos corretos, pois do contrário interferirá na produtividade do magistrado e nos índices eficiência da unidade, uma vez que a sentença e a baixa processual nos processos suspensos não contabilizam.
2. RECOMENDA-SE que a decisão/despacho de suspensão/sobrestamento seja cadastrada pelo gabinete utilizando um dos movimentos da hierarquia do código 025 (decisão) ou 11025 (despacho) da TPU.
3. RECOMENDA-SE que o levantamento da suspensão seja realizado pela Secretaria da unidade, devendo utilizar os seguintes movimentos: 1) 12066 – cumprimento de levantamento da suspensão (caso geral); 2) 14974 – Levantamento da causa suspensiva ou de sobrestamento (casos específicos).

6.3. Qual a regularidade de atualização no processo eletrônico (PJE) de dados como endereço, telefone, e-mail, de partes, advogado, Ministério Público e outros, após o recebimento do peticionamento para permitir a automação na confecção de mandados e quaisquer natureza de comunicação?

Diariamente, de acordo com a demanda e cumprimento dos atos judiciais.

❖ **Orientações e Recomendações da Corregedoria:**

RECOMENDA-SE a atualização de dados cadastrais no sistema PJe, tão logo o servidor tome ciência da alteração de dados por meio de peticionamento e/ou certidão do oficial de justiça, bem como sejam verificados e atualizados os dados cadastrais pela Secretaria e Gabinete sempre que seja necessário fazer alguma movimentação, cumprimento de diligência ou proferir ato judicial.

6.4. Quantas notificações aguardam verificação pasta agrupadores? Qual a data da notificação mais antiga?

00. Não havia processos pendentes de análise nos agrupadores.

A movimentação dos agrupadores é realizada diariamente pela secretaria a fim de realizar o controle da entrada de petições e demais demandas externas.

6.5. O mandado de prisão civil é cadastrado no BNMP?

Prejudicado. O Juizado Especial não tem competência. Só expede mandado de prisão no BNMP na Vara de Plantão.

6.6. A remessa de processo no PJE está sendo motivada? Apontar 1 amostragem.

Sim, os processos são enviados à turma recursal.

6.7. Quantos processos migrados encontram-se pendentes de regularidade e não foram movimentados no PJE?

Não há processos migrados pendentes de movimentação

6.8. Quantos processos foram baixados no mês anterior?

147



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



6.9. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Secretaria?

Não havia processo com prioridade paralisado na Secretaria.

6.10. Como é organizado o atendimento ao público? Quais são os meios utilizados? A Unidade realiza atendimentos através da ferramenta “Balcão Virtual”? (Resolução n. 372/2021-CNJ, de 12/02/2021 e Portaria n. 1724/2021-GP, de 18/05/2021)

A servidora Ionete Cardoso Pinheiro é designada para o atendimento presencial e Nágila Neves da Silva é designada para atendimento no balcão virtual. E no WhatsApp e e-mail a Diretora de Secretaria. Todas as servidoras fazem atendimento.

Observação: Durante a inspeção verificou-se alguns atendimentos realizados à advogados no gabinete. a assessora prestou as informações solicitadas com urbanidade, clareza e objetividade.

7. MANDADOS/ CENTRAL DE MANDADOS/ CARTAS PRECATÓRIAS:

7.1. A Unidade adota modelo de mandado no PJE? (anexar o modelo)

Sim. Anexou modelo (ANEXO I).

❖ **Orientações e Recomendações da Corregedoria:**

RECOMENDA-SE a padronização de modelos dos mandados e demais documentos expedidos pela Secretaria (certidões, atos ordinatórios, etc) devendo os mesmos estarem **cadastrados no PJe com a utilização de variáveis** a fim de dar celeridade a pratica dos atos de secretaria e evitar utilização de modelos diversos para o mesmo ato.

7.2. Há mandados pendentes de cumprimento/devolução por oficial de justiça, com prazo extrapolado? Quantos? Identifique-os.

Não havia mandados pendentes de cumprimento/ devolução por oficial de justiça, com prazo extrapolado.

7.3. Qual a antecedência que a Secretaria envia o mandado “não urgente” para cumprimento?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

A unidade encaminha os mandados com 06 meses de antecedência à central de mandados.

❖ **Orientações e Recomendações da Corregedoria:**

1. RECOMENDA-SE o encaminhamento dos mandados com **antecedência mínima de 40 dias à central de mandados, em cumprimento ao disposto no art. 9º, III, do Provimento Conjunto nº 009/2019 – CJRMB/CJCI.**
2. RECOMENDA-SE realizar o gerenciamento da pauta de audiência, evitando expedição de mandados com audiência designada há mais de três meses, a fim de impedir que entrem nos processos paralisados há mais de 100 dias.

8. ROTINA DE TRABALHO NO GABINETE:

8.1. Está sendo observada a Resolução nº 21/2022-TJPA, que regula a realização de audiência judicial por videoconferência ou telepresencial. Com base na pauta de audiência do mês anterior, identifique o número de audiências realizadas na modalidade presencial, semipresencial e videoconferência?

A unidade informou que as audiências são realizadas de forma presencial ou híbrida. A magistrada realiza as audiências na sede do Fórum da comarca de Marabá, facultando às partes participar por meio de videoconferência ou presencial. **No mês de agosto não houve audiências em razão das férias da Juíza Titular, porém no mês de junho foram realizadas 61 audiências UNA.**

8.2. Quantas audiências de instrução e julgamento estão pautadas para o presente mês?

Havia 17 audiências de instrução e julgamento pautadas para o mês de setembro/2023, todas eram audiências criminais.
A assessora, Priscila, informou que a magistrada realiza audiências unas do juizado especial cível e destaca um servidor para realizar as conciliações. A organização da pauta é realizada da seguinte forma: audiências criminais ocorrem às quintas e as audiências cíveis são designadas para segunda, terça e quarta, em média 06 (seis) ao dia. A sexta-feira fica disponível para marcação das urgências e redesignadas, se necessário.

8.3. As audiências estão sendo cadastradas no PJE pelo gabinete no momento da designação? Quais os tipos de audiências realizados pela unidade, conforme nomenclatura do PJE?

A marcação de audiências no PJe é feita pela Secretaria no momento do recebimento da demanda e já é repassada ao Gabinete devidamente cadastrada no sistema. O gabinete faz a realização da audiência, cadastramento do termo e publicação da decisão via sistema. Os tipos de audiência realizados pela 1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Marabá são: 1) Audiência UNA (para os feitos cíveis); 2) Preliminar e 3) Instrução e Julgamento (para os feitos criminais). As conciliações estão sendo realizadas por servidor destacado para essa função. A servidora Taynara Cristina Ferreira Gomes realiza as conciliações das demandas cíveis e o servidor Carlos Wesley Dantas Loureiro realiza as audiências preliminares dos feitos criminais.

8.4. Para qual data está pautada a audiência mais distante?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

19.06.2024. Pauta de audiências anexa.

8.5. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Gabinete?

Não havia processos com prioridade legal paralisado há mais de 100 dias no Gabinete.

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

MARABÁ 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL ...

Lista de processos paralisados há mais de 100 dias

Nº DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	TEMPO DE PARALISAÇÃO	SITUAÇÃO	SISTEMA	IDCLASSE	CLASSE
----------------	-----------------	----------------------	----------	---------	----------	--------

Em Gabinete (S: sim; N: não) S

Gratuidade (S: sim; N: não) Todos

Sigilo (S: sim; N: não) Todos

Juízo 100% Digital (S: sim; N: não) Todos

Prioridade (S: sim; N: não) S

Número do processo Todos

PP+100 - Processos Paralisados há mais de 100 dias

19,22% Paralisados +100 dias

0 Acervo Paralisado

27 Acervo Ativo

8.6. A Unidade conta com a atuação de conciliadores ou mediadores treinados e com formação? Quantos? Identifique. Caso não tenha, é solicitada designação de conciliador indicado pelo CEJUSC para atuar junto à unidade em busca de conciliação?

Sim. A unidade conta com atuação dos conciliadores Carlos Wesley Dantas Loureiro e Taynara Cristina Ferreira Gomes. Informaram que somente é requerido auxílio do CEJUSC nos casos que realmente se verifica a necessidade de realização de mediação.

8.7. A Unidade realiza audiência Una (conciliação, instrução e julgamento)? Quantas audiências desta natureza foram realizadas no mês anterior ao da inspeção?

A unidade informou realiza audiências UNA. Porém, por conta do período de férias da juíza titular no período de 03/07 a 16/07/2023 e 16/08 a 21/08/2023 não houve audiência UNA em agosto/2023. Contudo, no mês de junho/2023 foram realizadas 61 audiências UNA.

8.8. Quantas audiências de instrução e julgamento foram realizadas no mês anterior ao da inspeção?

No mês de julho/2023 não houve audiência de Instrução e Julgamento, em razão do gozo de férias da Juíza Titular. No entanto, no mês de agosto/2023 foram realizadas 9 audiências de instrução e julgamento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

8.9. Quantos processos foram baixados no mês anterior?

No mês de agosto/2023 foram baixados 147 processos



8.10. Quantas audiências de conciliação foram realizadas no mês anterior?

A unidade informou que realiza apenas audiências UNA. Quando há conciliação realizada pela conciliadora a magistrada finaliza sentenciando. Caso não haja conciliação, a magistrada realiza a instrução e, se não houver provas a produzir, sentença.

8.11. Em média, quanto tempo leva para realização da audiência, após o ajuizamento da inicial?

O tempo médio para realização da audiência é cerca de 10 meses. Porém, a audiência é UNA (conciliação, instrução e julgamento) e o processo sentenciado ou, quando não é possível, já fica conclusos para julgamento, de modo que, em regra, o processo é encerrado dentro de doze meses.

8.12. Quantas audiências são designadas por dia?

Em média são designadas 6 audiências cíveis por dia de segunda a quarta-feira e 10 audiências criminais às quintas feiras.

8.13. Em caso de redesignação de audiência, qual o tempo médio para que seja efetivamente realizada?

Caso haja redesignação o tempo médio para realização da audiência é de 06 (seis) meses, podendo ser anterior caso haja inclusão na Semana Estadual ou Nacional de Conciliação.

8.14. Antes de iniciada audiência de instrução e julgamento é feita tentativa de conciliação? E após o fim da audiência de instrução, é dada oportunidade às partes conciliarem?

A unidade relatou que em ambas as situações são feitas tentativas de conciliação. A magistrada prioriza sempre a conciliação das partes.

8.15. Consta pedido de tutela pendentes de análise há mais de 05 (cinco) dias? Identifique os números dos processos.

Não havia pedidos de tutela pendentes de análise há mais de 05 (cinco) dias no PJe. A assessora da magistrada, Priscilla Joyce de Souza Mendonça, informou que os



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

processos de tutela e pedido liminar são analisados prioritariamente de modo que não ultrapassem o prazo de 05 dias. O pedido mais antigo que constava no PJe era do dia **12/09/2023**.

8.16. Há decisão de urgência aguardando expedição de ato pela Secretaria da Unidade? Quantos?

Analisando o PJe da unidade, a Corregedoria não identificou decisão de urgência pendente de cumprimento pela Secretaria.

9. CRIMINAL:

9.1. Está sendo observado o Provimento Conjunto n. 003/2013 das Corregedorias – CJRMB/CJCI (Regulamenta o recolhimento e destinação dos valores oriundos da aplicação de pena de prestação pecuniária, de acordo com a Resolução n. 154, de 13.07.2012, do CNJ)? Existe conta específica para recebimento de valores decorrentes de prestação pecuniária? Identificar a conta e o valor total.

A unidade informou que quando é realizada uma transação penal o processo é encaminhado para Vara de Execução Penal de Marabá para o cumprimento da transação penal. Porém, a 1ª Vara do Juizado Especial já cadastra a carta de guia, cadastra no SEEU e emite os boletos da prestação pecuniária e entrega para as partes fazer os pagamentos, mas os valores são depositados diretamente na Subconta da Vara de Execução. A subconta 2023018959 possui o valor total R\$ 39.248,89 que é referente a todos processos da Vara de Execuções e dos juizados.

A Diretora de Secretaria informou que são muitas audiências no dia e há processos com 3 autores. Dessa forma, quando há prestação pecuniária a ser paga em várias parcelas, a Diretora de Secretaria precisa emitir vários boletos individualmente, tendo que executar várias vezes o mesmo procedimento, não havendo opção de cadastrar e emitir os boletos parcelados numa única.

9.2. Qual o tempo médio entre a data da lavratura do TCO e a realização da audiência preliminar? Existe cooperação entre a Delegacia e a unidade judicial para notificação da data de comparecimento, evitando, assim, sobrecarga dos oficiais de justiça.

A unidade informou que o tempo médio entre a data da lavratura do TCO e a realização da audiência preliminar é de **4 meses**.

Há cooperação entre a Delegacia e a unidade judicial e **as partes já saem devidamente intimadas da DEPOL para audiência preliminar**.

A CGJ recomendou que as audiências fossem designadas pela Delegacia com prazo máximo de **15 dias da lavratura do TCO**.

9.3. Qual o número de TCO's distribuídos no ano anterior? E no ano atual?

ANO	QUANTIDADE TCO'S DISTRIBUÍDOS
2022	382
2023	623

9.4. Há TCO ou processo criminal arquivado com bem apreendido sem destinação?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

A unidade respondeu no relatório que não havia TCO ou processo criminal arquivado com bem apreendido sem destinação.

Porém, em consulta ao Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA) a Corregedoria encontrou 16 bens apreendidos cadastrados com destinação “a definir”.

Durante a Inspeção, a Corregedoria solicitou informações à Diretora de Secretaria, Sra. Maria Antônia, e a mesma esclareceu que os processos se encontram conclusos para decisão judicial quanto ao perdimento dos bens e destinação final dos BENS APREENDIDOS.

Bens Apreendidos
Usuário: TIARA GUEDES AIRES

Principal Cadastrar Pesquisar Vincular Relatórios Contato Manual Voltar Sair

Pesquisar Bens

Tribunal de Justiça Estadual: Tribunal de Justiça do Estado do Pará
: 1º GRAU - TJPA
Comarca: MARABÁ
Varas e Juizados Estaduais: 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVIL E CRIMINAL DE MARABÁ
Bem Apreendido: Todos
Destinação do Bem: A Definir

Descrição Complementar do Bem:

Pesquisar Imprimir Imprimir Detalhado

Bem Apreendido	Tipo	Quantidade	Valor(R\$)	Núm. Processo
Ativos Financeiros, cheques e outros títulos de crédito	-	53	-	00023418420198140028
Ativos Financeiros, cheques e outros títulos de crédito	-	2	-	00096315320198140028
Eletrônicos diversos	-	2	-	00032814920198140028
Eletrônicos diversos	-	1	-	00074460820208140028
Eletrônicos diversos	-	1	-	00137641220178140028
Eletrônicos diversos	-	1	-	00166331120188140028
Eletrônicos diversos	-	4	-	08087371020208140028
Eletrônicos diversos	-	1	-	08087942820208140028
Moeda em Espécie	REAL	1	360,00	00023418420198140028
Moeda em Espécie	REAL	1	200,00	00074460820208140028
Objetos Pessoais ou Domésticos	-	1	-	00074460820208140028
Objetos Pessoais ou Domésticos	-	2	-	00081549220198140028
Objetos Pessoais ou Domésticos	-	2	-	00085714520198140028
Objetos Pessoais ou Domésticos	-	1	-	08000507320228140028
Objetos Pessoais ou Domésticos	-	1	-	08004225620218140028

Número de registros: 16 | Página 1 de 2

9.5. Os bens eventualmente apreendidos estão sendo cadastrados no Sistema Nacional de Gestão de Bens (SNGB), nos termos da Resolução n. 483/CNJ-2022? (Resolução n. 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências)?

A Diretora de Secretaria informou que só cadastrou dois bens apreendidos no SNGB, pois não está mais recebendo bens apreendidos na unidade e nem recebeu comunicação recente da Delegacia de bem apreendido. Os demais encontram-se cadastrados no SNBA.

A servidora fez a ressalva de que o SNGB é muito difícil de manusear e está frequentemente com indisponibilidade da plataforma.

A Corregedoria ainda não está conseguindo realizar consultas de bens cadastrados no SNGB em que pese tenha acesso concedido ao referido sistema.



9.6. Onde estão sendo custodiados os bens eventualmente apreendidos e vinculados aos processos do juizado especial criminal? A unidade utiliza etiqueta específica no PJE para identificação dos processos com bens apreendidos?

Os bens apreendidos estão custodiados na Secretaria da unidade aguardando a decisão judicial quanto à destinação final.

10. CORREIÇÃO ANUAL:

10.1. Data da última correção anual realizada na Unidade Judicial. Informar o Número do PJe COR:

A última correção foi realizada em dezembro de 2021 (PJE COR 0000066-21.2022.2.00.0814) referente ao período de 2021. Até a data da inspeção, a unidade não havia apresentado correção referente ao período de 2022. Porém, posteriormente encaminhou a correção 2022 através do PJE COR 0003587-37.2023.2.00.0814.

Marabá, conforme data da assinatura eletrônica.

**SILVIA MARA BENTES
DE SOUZA COSTA:4596** Assinado de forma digital por SILVIA
MARA BENTES DE SOUZA COSTA:4596
Dados: 2024.02.26 11:29:49 -03'00'

SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA
Juíza Auxiliar da Corregedoria

Documento assinado digitalmente
gov.br TIARA GUEDES AIRES
Data: 26/02/2024 13:52:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

TIARA GUEDES AIRES
Analista Judiciário da CGJ